



Campanha salarial 2018 - RJ: Primeira rodada de negociações com empresários não avança em nada

Em um debate tenso com mais de três horas de duração a primeira rodada de negociação salarial dos vigilantes do Estado do Rio com os empresários foi tomada por negativas dos patrões em conceder os pedidos apresentados pelos sindicatos na pauta de reivindicações. Em 2018, a pauta dos trabalhadores é unificada. Os 15 sindicatos de vigilantes do Estado se uniram na campanha salarial contra a retirada dos direitos.

Os empresários apresentaram uma contraproposta onde retiram direitos e tentam implantar o trabalho intermitente, fruto da reforma trabalhista, que acaba com o piso salarial dos vigilantes, já que permite a contratação por horas de trabalho.

Os sindicatos dos trabalhadores só aceitaram discutir a pauta de reivindicações da categoria na primeira rodada de negociações. Os empresários passaram boa parte do tempo negando os pedidos e, em alguns momentos, prometendo analisar. No entanto, reforçavam a todo tempo que haviam apresentado uma contraproposta sob alegação da reforma trabalhista.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT), Cláudio Vigilante, cobrou

dos patrões o pagamento da participação de lucros (PLR) já que são os vigilantes que arriscam suas vidas para dar lucros às empresas. “Não vamos abaixar a nossa cabeça para os empresários. No entanto, precisamos que todos os trabalhadores participem das assembleias para tomarem as decisões em conjunto com o Sindicato. O sindicato é cada vigilante, portanto, a responsabilidade do fechamento de uma Convenção Coletiva é da categoria”, afirma.

A proposta unificada apresentada pelos sindicatos reivindica a reposição integral inflação do período e reajuste de 100% da inflação como ganho real nos salários. A data base da categoria é 1º de março.

As próximas mesas redondas com os empresários vão acontecer nos dias 1, 5, e 7 de fevereiro. Após essas datas, o Sindicato irá convocar uma grande assembleia para apresentar a contraproposta patronal e deliberar sobre as novas agendas da campanha salarial.

No Estado do Rio de Janeiro são mais de 40 mil vigilantes trabalhando.

Trabalho intermitente contrata 6 mil. ‘Acordos’ demitem 7 mil

“Bico legalizado” foi apresentado como uma das “soluções” para o mercado. E o Ministério do Trabalho completa um mês sem titular



Atividades ligadas a serviços administrativos estão entre as que registraram mais ‘acordos’ e contratação de intermitentes

Criado com a “reforma” da legislação trabalhista e apresentado como uma das “soluções” para o desemprego, o trabalho intermitente teve 2.851 admitidos e 277 dispensados apenas em dezembro. Incluído em novembro, quando a Lei 13.467 entrou em vigor, são 5.971 admitidos e 330 dispensados, segundo dados divulgados hoje (26) pelo Ministério do Trabalho, como parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Enquanto o trabalho intermitente, que sindicalistas chamam de “legalização do bico”, não chegou a criar 6 mil empregos temporários em novembro e dezembro e já dispensou 300, os “acordos” entre patrão e empregado para dispensa do trabalhador somaram perto de 7 mil (6.696) nesses dois meses. Essa modalidade, também prevista na “reforma”,

permite a dispensa por comum acordo, em que o trabalhador abre mão de parte de suas verbas rescisórias.

Isso aconteceu, principalmente, com ocupações de menor remuneração, como auxiliares de escritório e assistentes administrativos. Também atingiu alimentadores de linha de produção, motoristas de ônibus e de caminhão, operadores de caixa e faxineiros, entre outras. Homens na maioria (58,6%) e de 30 a 49 anos (50,1%) e com até segundo grau completo (58,2%)

Já no trabalho intermitente, mais de dois terços (3.903) são assistentes de vendas, 57% são mulheres, 64% têm até 29 anos e 84% têm até o segundo grau completo.

Responsável por acompanhar as movimentações do mercado de trabalho, o Ministério do Trabalho completa um mês sem titular. Em 27 de dezembro, Ronaldo Nogueira pediu exoneração para retomar sua vaga na Câmara dos Deputados pelo PTB-RS. Nomeada por Michel Temer no início de janeiro, a também deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) não conseguiu tomar posse por seguidas decisões judiciais. Agora, o caso está no Supremo Tribunal Federal.

Fonte: Rede Brasil Atual

Greve geral vai parar o Brasil no dia 19



No dia 19 de fevereiro, os trabalhadores e as trabalhadoras vão fazer a maior greve da história deste País se a Câmara dos Deputados resolver votar a nova proposta de reforma da Previdência. O alerta foi feito na manhã desta quinta-feira (25) pelo presidente da CUT, Vagner Freitas, durante o ato de lançamento da pré-candidatura de Lula à

Presidência da República, um dia depois que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) confirmou a condenação sem crime e sem provas do ex-presidente no caso do tríplice do Guarujá (SP).

“Temos que fazer uma rebelião para garantir o Estado Democrático de Direito e não vamos deixar os capitalistas rasgarem a

Constituição. Eles serão derrotados nas ruas se não recuarem. Vamos desautorizar o TRF-4”, avisou Freitas.

O ato aconteceu na sede da CUT e teve a presença mais de 500 pessoas, entre lideranças políticas e dos movimentos sindical e sociais.

“A CUT nasceu defendendo a democracia e, por isso, este é o local adequado para este ato de resistência aos ataques golpistas contra os trabalhadores e contra Lula”, destacou Freitas.

Para ele, a decisão do TRF-4 de manter a condenação do ex-presidente trouxe ainda mais insegurança jurídica e social para o Brasil, que desde o golpe de 2016 também vem atravessando um grande revés econômico.

“Será que os capitalistas brasileiros, que foram os pais do golpe, acham que vão ter condições de crescer com o país arrebitado e com os trabalhadores descontentes?”, indagou o presidente da CUT, completando:

“Vamos fazer greve nos bancos de vocês, vamos fazer greve nas empresas de vocês, vamos fazer greve no agronegócio. O desempenho das empresas vai cair ainda mais, porque vocês arrebitaram as relações de trabalho e ganharam ainda mais insegurança jurídica. E a greve do dia 19 será ainda maior do que a de 28 de abril, quando 45 milhões de trabalhadores cruzaram os braços”.

Lula é o candidato do povo

A mesma indignação externada por Vagner permeou a intervenção de João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no ato desta quinta: “No TRF-4 o jogo era deles, deixando mais claro que o Poder Judiciário é contra

o povo, que não tem compromisso com o Brasil. Isso não vai nos intimidar. Saímos mais revigorados”.

O líder do MST disse ainda que “quem escolheu Lula como candidato foi o povo e não o PT”, mandando outro recado ao Judiciário e aos golpistas: “Não pensem que vocês mandam no País. Nós vamos impedir que Lula seja preso”.

Stedile também avisou que no dia 19 o Brasil vai parar com a greve geral contra a realidade e forma da Previdência e convocou as trabalhadoras a fazerem uma enorme mobilização em 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Ele anunciou ainda que os movimentos sociais e entidades sindicais que integram a Frente Brasil Popular realizarão, em abril e maio, congressos do povo em todas as cidades para discutir os rumos do país. Em junho, ainda segundo ele, serão feitos os congressos estaduais e, em julho, um grande congresso nacional, no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, para definir a plataforma nacional dos trabalhadores.

Já o representante da Central dos Movimentos Populares, Raimundo Bonfim, reforçou que o povo brasileiro não vai se aquietar. “Não vamos obedecer a farsa construída ontem pelo Judiciário. Não há outro caminho senão o povo nas ruas, senão a desobediência civil”.

Fonte: CUT